

# **Câmara Municipal de Alegre**

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - [cmalegre@zaz.com.br](mailto:cmalegre@zaz.com.br)

## **PROJETO DE LEI Nº 017/2021**

### **Iniciativa: Poder Executivo Municipal**

### **Assunto: Altera o art. 14 da Lei Municipal nº 3.455/2017.**

## **PARECER JURÍDICO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, tem por finalidade a alteração da redação do art. 14 da Lei Municipal nº 3.455/2017, que regulamenta o art. 28 da Lei Orgânica do Município e Cria a Ouvidoria Municipal, vinculada à Controladoria Geral do Município, com finalidade de promover alteração do prazo constante do referido dispositivo, passando de 10 (dez) para 30 (trinta) dias.

Primeiramente, com relação à redação, distribuição do texto e outros requisitos indicados na Lei Complementar 95/1998, considero que a proposição encontra-se dentro dos padrões exigidos pelas normas de técnica legislativa.

No que diz respeito à competência, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, os Municípios são dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada nas competências de legislar sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Em simetria com os referidos dispositivos constitucionais, o art. 28, incisos I e II, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e o artigo 8º, da Lei Orgânica Municipal, estabelecem as mesmas competências.

Com relação à iniciativa, também em simetria com o artigo 61, § 1º, II, “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica Municipal, estabelece que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que disponham sobre a matéria objeto da proposição, conforme disposto no art. 56, parágrafo único, inciso “II” e “IV”, *in verbis*:

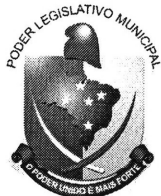
**“Art. 56. (...)**

**Parágrafo Único – São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:**

**I – (...)**

**II – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;**

**IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração;”**



# ***Câmara Municipal de Alegre***

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br

Do ponto de vista da legalidade, a proposição legislativa apresenta-se como pertinente, tendo vista que a alteração proposta no referido dispositivo é tão somente no sentido elevar de 10 (dez) para 30 (trinta) dias o prazo de resposta dos Órgãos e Entidades da Administração Pública ao que lhes for encaminhado pela Ouvidoria Municipal, tal qual estabelece a Legislação Federal correlata.

Pelo exposto, s.m.j., do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela tramitação do projeto de lei em epígrafe na forma regimental.

É o parecer, sub censura.

Alegre (ES), 16 de março de 2021.

  
Helton Guerra Jaccoud  
Jurídico - C.M.A./ES